

RECURSO ESPECIAL Nº 1.310.594 - MT (2012/0038065-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **EDSON PIMENTEL**
ADVOGADO : **ALENIR AUXILIADORA FERREIRA DA SILVA GARCIA -**
DEFENSORA PÚBLICA
RECORRIDO : **BANCO FINASA S/A**
ADVOGADOS : **CRISTINA DREYER - MT009520**
MILENA TIEMI IWASHITA SALGUEIRO E OUTRO(S) -
MT013228B

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **EDSON PIMENTEL**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (fl. 87, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CITAÇÃO POR EDITAL - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ENTRE AS PUBLICAÇÕES - ARTIGO 232, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DESCUMPRIMENTO - MERA IRREGULARIDADE - RECURSO DESPROVIDO.

As publicações dos editais de citação com interstício superior a 15 (quinze) dias não enseja qualquer prejuízo para a parte, não havendo de se cogitar em nulidade do ato processual.

Nas razões do especial (fls. 101/116, e-STJ), o insurgente aponta violação ao artigo 232, III, e 247 do Código de Processo Civil/73, sustentando, em síntese, que a citação editalícia é nula, pois não foi observado o prazo máximo de 15 dias entre as publicações. Aduz, ainda, que, por se tratar de norma cogente, a existência de prejuízo é irrelevante.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 121, e-STJ).

Admitido o recurso na origem (fls. 122/124, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem iterativamente assentado que a decretação de nulidade de atos processuais depende da necessidade de efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada, por prevalência do princípio *pas de nullité sans grief*.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. AGRAVO RETIDO. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA.
APELAÇÃO CÍVEL:PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL.
NULIDADE DA CITAÇÃO.

CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO: MORA. AUSÊNCIA DE JUSTO MOTIVO.

RESCISÃO CONTRATUAL. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. CABIMENTO.

LITIGANCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO.

NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULAS 7, 283 E 83/STJ.

1. A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, apenas não adotando a tese vertida pelo Agravante. Inexistência de omissão.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF.

4. A não adoção do rito especial não importa nulidade, visto que o rito comum ordinário é mais amplo e mais completo, mormente quando exercidos a ampla defesa e o contraditório pela parte contrária.

Precedentes.

5. O reconhecimento da nulidade de atos processuais exige efetiva demonstração de prejuízo suportado pela parte interessada, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas (pas de nullité sans grief). Precedentes.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 202.180/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. CITAÇÃO PESSOAL INFRUTÍFERA. CITAÇÃO EDITALÍCIA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ.

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu o pedido de citação por edital, sob o fundamento de que o exequente, ora recorrido, não comprovou o esgotamento de todos os meios para localização dos executados (recorridos). Sustenta o recorrido a impossibilidade de citação por edital, visto que não foram realizadas as diligências para buscar o atual domicílio da empresa executada.

(...)

5. Acrescente-se que consta do voto condutor do acórdão que houve a tentativa de citação pessoal, a qual foi infrutífera, bem como que não se demonstrou prejuízo à defesa apto a tornar nulo o ato citatório (fl. 317, e-STJ).

6. O processo não se sujeita ao formalismo em detrimento da economia processual e da efetividade jurisdicional, de modo que a inexistência de dano impede a decretação de nulidade (pas de nullité sans grief), como reiteradamente afirmado pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.347.907/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20.11.2012, DJe 18.12.2012

7. Recurso Especial não provido. (REsp 1527402/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 21/05/2015, DJe 10/08/2015)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONTESTAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. CONCESSÃO DE PENSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE. CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. MANUTENÇÃO NOS AUTOS. DOCUMENTOS ANALISADOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

(...)

5. De acordo com a moderna ciência processual, que coloca em evidência o princípio da instrumentalidade e o da inexistência de nulidade sem prejuízo (pas de nullité sans grief), antes de se anular todo o processo ou determinados atos, atrasando, muitas vezes em anos, a prestação jurisdicional, deve-se analisar se a alegada nulidade causou efetivo prejuízo às partes.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 198.356/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NÃO CABIMENTO. NECESSIDADE DE AMPLA DILAÇÃO PROBATÓRIA. ALEGAÇÃO DE NÃO APERFEIÇOAMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. SUPOSTA ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CORRÉU. ACÓRDÃO QUE AFIRMA TER HAVIDO A REGULARIZAÇÃO DO POLO PASSIVO DA AÇÃO. MANUTENÇÃO DO JULGADO PELOS SEUS PRÓPRIOS TERMOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

3. Por aplicação do princípio da pas de nullité sans grief, mesmo os vícios mais graves não se proclamam se ausente prejuízo às partes.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1445154/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 04/08/2015, DJe 17/08/2015)

Quanto ao ponto, confira-se o seguinte trecho extraído do aresto combatido (fl. 89, e-STJ):

Como relatado, o ponto nodal do presente agravo se resume em reconhecer ou não a nulidade da citação editalícia quando os respectivos editais forem publicados com inobservância ao prazo de 15 (quinze) dias previstos no artigo 232, inciso III, do Código de Processo Civil.

In casu, a primeira publicação do edital de citação do agravante ocorreu em 08/10/09; a segunda 09/10/09 e a terceira, no Diário Oficial de 23/11/09 (fls. 62/64-TJ)

Com efeito, mesmo que se tenha ultrapassado o prazo de quinze dias entre as publicações dos mencionados editais, **não ha prejuízo que justifique a anulação da citação ficta.**

A espécie registra, em verdade, mera irregularidade processual, incapaz de ensejar a decretação de nulidade do ato, máxime considerando os princípios

da instrumentalidade das formas e do *pas de nullité sans grief*, segundo o qual não há invalidade sem a ocorrência de prejuízo.

Como se vê, o acórdão recorrido amolda-se à jurisprudência desta Corte.

2. Ademais, como se vê do trecho supratranscrito, o Tribunal de origem, alicerçado nas provas coligidas aos autos, consignou que não houve prejuízo à parte recorrente.

Diante disso, evidencia-se que rever as conclusões a respeito da ocorrência ou não de prejuízos demandaria incontestemente reexame do acervo probatório, violando o disposto na Súmula n. 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO EDITALÍCIA. OBSERVÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. O acolhimento da pretensão recursal quanto à inobservância dos pressupostos legais para a citação por edital exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1050241/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL E CIVIL. ART. 535 DO CPC NÃO VIOLADO. ACIDENTE DE CARRO. CONDUTA CULPOSA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. CITAÇÃO POR EDITAL. EXAURIMENTO DE TODOS OS MEIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. Rever as conclusões do tribunal de origem que, com base nas circunstâncias do caso concreto, entendeu necessária a citação por edital e inexistentes prejuízos à defesa, esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1453845/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 23/10/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. EXECUÇÃO. ART. 332 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CITAÇÃO POR EDITAL. NOMEAÇÃO DE CURADOR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE DO PROCESSO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

(...)

3. O Tribunal de origem, alicerçado nas provas coligidas aos autos,

afastou a alegativa de nulidade do processo, uma vez que, esgotadas as diligências para localização do demandado, realizou-se a citação por edital, publicado duas vezes, após o que foi nomeado curador, que promoveu a defesa regularmente. Diante desse quadro, rever as conclusões da origem violaria o disposto na Súmula 7/STJ.

4. Ademais, este Superior Tribunal já decidiu que apenas se proclama a nulidade de um ato processual quando houver efetiva demonstração de prejuízo à defesa, o que não ocorreu na hipótese dos autos, sendo aplicável o princípio do *pas de nullité sans grief*.

5. O alegado dissídio não foi demonstrado nos moldes exigidos pelo art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, mediante o cotejo analítico entre os arestos trazidos a confronto.

6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1389203/RO, Rel. Min. Og Fernandes, **Segunda Turma**, julgado em 08/04/2015, DJe 15/05/2015)

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator